


ENTRE NATURALISTAS E CRONISTAS: VIAJANTES QUE PERCORRERAM O NORTE-FLUMINENSE ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX, SUAS RESPECTIVAS PERCEPÇÕES DO “NOVO MUNDO” E A EXPANSÃO BIOLÓGICA NA REGIÃO*


AMONG NATURALISTS AND CHRONICLERS: TRAVELERS WHO TRAVELED THE NORTH OF RIO DE JANEIRO BETWEEN THE 17TH AND 19TH CENTURIES, THEIR RESPECTIVE PERCEPTIONS OF THE “NEW WORLD” AND THE BIOLOGICAL EXPANSION IN THE REGION

PURL: <http://purl.oclc.org/r.ml/v6n1/a6>

Maria Teresa Pimentel Faria[†]

 <https://orcid.org/0000-0002-9456-5250>


Brunna de Souza Ribeiro[‡]

 <https://orcid.org/0000-0001-5335-0897>

Daiana Junqueira Moreira[§]

 <https://orcid.org/0000-0002-5423-1803>

Thais Rego Aguiar do Nascimento^{**}

 <https://orcid.org/0000-0002-4600-7684>

Resumo

A América Portuguesa se destaca por apresentar uma reunião de fatores expoentes de um local “tropical”. Tal aspecto despertou o interesse de viajantes entre os séculos XVII e XIX. Entre eles, naturalistas fascinados pela flora e fauna do território, que acabaram por relatar este apreço em seus escritos de viagem. O artigo pretende apresentar, portanto, aspectos da literatura de viagem destes naturalistas, identificando suas perspectivas sobre a paisagem do território, bem como a inserção de plantas e animais que acompanharam a expansão dos portugueses e auxiliaram no processo de colonização. Através de tais fontes, é possível delinear uma analogia entre elas e outras fontes históricas mais precisas. Considerando que as relações humanas modificam e são modificadas pelo ambiente, pretende-se entender a importância destes relatos para o estudo da natureza e dos indígenas durante a ocupação portuguesa.

Palavras-chave: História ambiental, Campos dos Goytacazes, relatos de viagem.

Abstract

Portuguese America stands out for presenting a gathering of exponent factors of a “tropical” place. This aspect aroused the interest of travelers between the 17th and 19th centuries. Among them, naturalists fascinated by the flora and fauna of the territory, who ended up reporting this appreciation in their travel writings. The article intends, therefore, to present aspects of the travel literature of these

* Artigo recebido em: 31 de outubro de 2019. Aceito em: 13 de abril de 2020

[†] Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora correspondente. E-mail: tete.faria@hotmail.com

[‡] Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: brunnaribeiro@id.uff.br

[§] Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: daiana.moreira20@hotmail.com

^{**} Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: thays2110@gmail.com

naturalists, identifying their perspectives on the landscape of the territory, as well as the insertion of plants and animals that accompanied the expansion of the Portuguese and helped in the colonization process. Through these sources, it is possible to draw an analogy between them and other more precise historical sources. Considering that human relations modify and are modified by the environment, it is intended to understand the importance of these reports for the study of nature and indigenous people during the Portuguese occupation.

Keywords: Environmental history, Campos dos Goytacazes, travel reports.

1. Introdução

A extensa planície entre o rio Paraíba do Sul e o rio Macaé possui característica “sedimentar de origem fluvial e marinha” (SOFFIATI, 2019). Esta característica está delimitada geograficamente através do rio Itabapoana ao norte, o rio Macaé ao sul, o oceano Atlântico a leste e a cordilheira dos Aimorés ao oeste, coexistindo em uma variedade de terrenos como os presentes nos rios Macaé, Ururá e Paraíba do Sul, os terrenos alagadiços nos brejos e os terrenos arenosos localizados nas restingas que estão à beira do oceano (SILVA, 2017, p.223).

Segundo Arthur Soffiati, a planície fluviomarina dos Goytacazes é considerada a maior planície do Estado do Rio de Janeiro. Em 1934, Hildebrando de Araujo Góes⁶ delimita a Baixada Goitacá como tendo 8.300 km², quase equivalente a um quinto do território holandês. Porém ele não leva em consideração a margem esquerda do rio Paraíba do Sul e nem a planície do rio Macaé, que, contabilizados, dariam cerca 1.000 km², somando as duas partes temos 9.300 km² de planície. Dentro desse extenso território é possível identificar as seguintes bacias hidrográficas: bacia de Itapemirim, Itabapoana, Guaxindiba, Paraíba do Sul, Ururá e Macaé. As quais fazem parte da área mais baixa dessa ecorregião denominada de São Tomé, ligando a zona serrana às terras de tabuleiro.⁷

A planície entre o rio Paraíba do Sul e o rio Macaé possui características bem delimitadas e, ao longo do tempo, desenvolveu uma dinâmica própria. A margem direita do rio Paraíba do Sul possuía vários lagos e lagoas. Isso se dava pela ligeira diferença de altura entre as duas margens. A margem esquerda do rio é mais alta equiparada à margem direita. Nos períodos de chuva as águas do lado esquerdo transbordam para o lado mais baixo, dificultando o escoamento das águas fluviais e pluviais formando um verdadeiro pantanal. Além de ocupar as partes mais baixas, as águas do rio também ocupavam as partes planas.

⁶ Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, Hildebrando de Araujo Góes, em 1934.

⁷ Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geoambiental que compreende uma faixa que acompanha todo o litoral do Brasil desde o Rio de Janeiro até o Amapá, com uma largura de aproximadamente 100 a 200 quilômetros, cuja altitude varia de 20 a 50 metros em relação ao nível do mar.

Essas partes quando encharcadas são conhecidas como várzeas; “essas várzeas funcionavam como áreas de escape (...) reduzindo o ímpeto das cheias do rio” (TEIXEIRA, 2013, p.165-166). As grandes enchentes causadas pelas cheias do rio Paraíba do Sul são relatadas no jornal “Monitor Campista” desde sua segunda edição, em janeiro de 1834. Nessa ocasião são lembrados grandes estragos feitos na cidade pela enchente de fevereiro de 1833. “A enchente de fevereiro do ano passado, as águas com irrupção espantosa, que em menos de 24 horas fizeram estragos horríveis” (MONITOR CAMPISTA, 1834a, p.2). Durante todo o século XIX não é difícil encontrar notícias nos jornais locais sobre as grandes enchentes. Em 1835, há no Monitor Campista um texto apontando as causas para as cheias do rio Paraíba do Sul.

O terreno do Município de S. Salvador ao sul do rio Parahyba tem bastante declive para este lado, e as aguas que nas ocasiões das enchentes do rio Parahyba sayem do seu leito, e as das chuvas, vão facilmente para a Lagôa de Cima, rio Ururahy, Lagôa da Cacomanga; Piabanha, Siquarema, Tays, Jacaré, Coqueiros, Bananeiras e todas (MONITOR CAMPISTA, 1835, p.3)

Outra característica importante são os rios que desembocam em lagoas e não no mar. O rio Imbé desagua na lagoa de Cima, verte pelo rio Ururaí em direção à lagoa Feia, deflui em diversos braços d’água que alimentam a lagoa do Lagamar, atravessando o rio Iguaçú e chegando ao mar pelo estirão da lagoa do Açú. “Do Paraíba do Sul para o Iguaçú defluíam vários cursos d’água, formando um aranhol complexo e não mais existente” (SOFFIATI, 2018, p.48). Os rios Macaé, Iguaçú, Paraíba do Sul e Guaxindiba, possuíam uma dinâmica diferente, enfrentam a grande energia oceânica. De acordo com o jornal “Monitor Campista” de 1834 a lagoa Feia possuía trinta e duas léguas de circunferência, aproximadamente 213 km⁸, recebendo as águas do rio Ururaí e da bacia do rio Imbé, cujos terrenos a seu redor são considerados férteis.

Quase no meio deste país, está a Lagoa Feia, de 32 léguas de circunferência e de configuração muito irregular. O rio Imbé que nasce da grande cordilheira que fica a oeste desta lagoa atravessando férteis terrenos vem desaguar na lagoa de Cima, e desta grande bacia caem no rio Ururahy, que desagua na lagoa Feia. Mais ao sul corre o rio Macabú, entre o rio Imbé e de S. Pedro, que é um confluente do rio Macahé e nascendo o dito rio Macabú nas serras sozinha a Cantagallo, vem igualmente atravessando férteis terrenos. Da lagoa Feia caem outros rios, que reunindo-se em diferentes pontos, fertilizando muitos campos, caem em uma só, por uma só barra, que não admite gênero alguém de embarcação, por acontecer em tempos de secas tampar-se (MONITOR CAMPISTA, 1834b, p.1)

Os ideais de civilização e prosperidade da jovem nação assentavam-se na riqueza de seu solo, amenidade do clima, abundância de terras, matas virgens e condições de navegação fluvial (SILVA, 1836, p.30). Por possuir uma vasta rede hídrica, diversos planos foram

⁸ Segundo Iraci del Nero da Costa em seu livro *Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro*, 1 légua é igual a 300 braças, que equivale a 6660 metros.

elaborados para utilização do meio como recurso, culminando em projetos de construções de canais artificiais, para o escoamento da produção agrária, transporte de passageiros e dessecamento de terras pantanosas. Um dos precursores do discurso sobre os avanços do escoamento da produção no interior foi o padre Azeredo Coutinho, também conhecido como bispo de Olinda, em sua obra *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e sua Colônia* escrito em 1794, quando já havia sugerido a abertura do canal ligando Campos à Macaé (RODRIGUES, 1988, p.97).

O canal mais imponente foi o canal Campos-Macaé. Sua abertura tinha como objetivo o escoamento da produção açucareira da planície campista e das fazendas que estavam localizadas em Quissamã e Carapebus, que eram levados ao porto da Imbetiba em Macaé. O trajeto utilizado antes da abertura do canal era através de pequenos barcos pelo sistema de cabotagem que beirava o litoral, o que dificultava o escoamento de grandes produções. Esse processo era necessário, pois segundo Sheila Faria, o porto de São João da Barra era de difícil ancoragem, tanto pelos bolsões de areia que encalhavam os barcos maiores, quanto pelos ventos ruins que não favoreciam a saída dos mesmos do porto, o que tornava a viagem muito longa, ocasionando maior risco de se perder a carga (FARIA, 1986. p.28). Assim, o porto de Imbetiba em Macaé passou a ser a rota mais fácil do escoamento da produção e transporte de pessoas.

A foz de seus rios é perigosa para a entrada e saída de embarcações. As correntes marinhas que a modelam são fortes, assim como as ondas que varrem o litoral. Não existem ilhas entre os dois rios mencionados. Apenas na foz deles, essas ilhas constituir-se-iam em portos, mas, na verdade, só o arquipélago de Santana, na foz do rio Macaé, favorece a ancoragem por haver água potável na sua ilha maior e por serem pedregosas. Além do mais, o mar que margeia esta costa é raso, com dois baixios perigosos: o dos Pargos, hoje perfeitamente evitável pela navegação e também esquecido; e o do cabo de São Tomé, hoje assinalado com um farol (SOFFIATI, 2018, p.40).

No diário de Couto Reis, em 1785, são relatados diversos lagos existentes na região. A própria vila, depois cidade, de Campos envolveu e conservou várias delas durante muito tempo, porém com a modernização da produção de açúcar foi necessário aumentar o uso das terras férteis, o que levou ao dessecamento de diversos lagos e lagoas. A construção do canal Campos-Macaé, que uniu o Rio Paraíba do Sul ao Rio Macaé, foi uma das maiores obras arquitetônicas do período colonial, sendo o segundo maior canal artificial do mundo, com 106 km de extensão, servindo para o dessecamento de mais de vinte lagos citados por Ribeyrolles como.

As lagoas do Osório, Coelho, Pessanha, Sítio Velho, Balseado, Travagem, Campo da Cidade, Cinza, Piabanha, Paulo, Morcego, Capivara, Anil, Carmo, Mantiqueira,

Moreno, Campo Velho, Engenho Velho, Suja, Tábua, foram drenados. Outros mais largos e profundos que não serão esgotados, mas parcialmente dessecados, tais como Jesus, Paulista e Carapebus (RIBEYROLLES, 1980, p. 249).

Durante todo o século XIX, os viajantes que passaram pela região observaram o dinamismo hídrico que existia na planície Goitacá, considerando-o ora como riqueza da região, ora como problema, pois os lagos possuíam o estigma de oferecer risco aos moradores por serem considerados insalubres. Com o passar do tempo, a paisagem campista foi sofrendo drásticas mudanças hídricas, expandindo as terras secas, ocasionando o ressecamento do solo e do clima, além dos problemas frequentes com os meses de chuvas que ainda assustam os moradores de Campos dos Goytacazes.

2. A terra Goitacá: colonização e perspectiva dos viajantes sobre o território no século XIX:

A História da colonização contínua de Campos dos Goytacazes tem suas primeiras marcas no século XVII, período histórico em que a capitania de São Tomé era habitada por populações indígenas como os Goitacazes e Puris. O território é doado pelo Rei Dom João III a Pero de Góis por meio de carta oficial de sesmaria em 28 de agosto de 1536 e se torna uma capitania oficial da América portuguesa. As primeiras tentativas de colonização do território se depararam com limitações climáticas, déficit de recursos e conflitos com os povos nativos, motivo pelo qual Gil de Góis, filho de Pero de Góis, renuncia à capitania em favor da Coroa Ibérica ao não conseguir estabelecer feitorias na região.

As terras que compunham a antiga Capitania de São Tomé foram doadas a título de sesmarias a sete capitães e a ordem religiosa dos Jesuítas em 1627⁹. Evidencia-se que esta extensão de terras inicialmente se torna uma região de currais, uma vez que estes capitães possuíam experiência com a criação de gado bovino na região da Baía do Rio de Janeiro. Após divisão parcial das terras, visto que as fronteiras não eram bem delimitadas, os colonos que primeiro se instalaram no território basearam sua subsistência na pesca e em uma pequena agricultura de subsistência.

Com base em Ribeyrolles (1980, p. 16), percebe-se que o general Salvador Correia de Sá e Benevides intervém em uma nova divisão do território. Este adquire os direitos dos descendentes dos Sete Capitães e divide as terras entre novos chefes locais, incluindo na

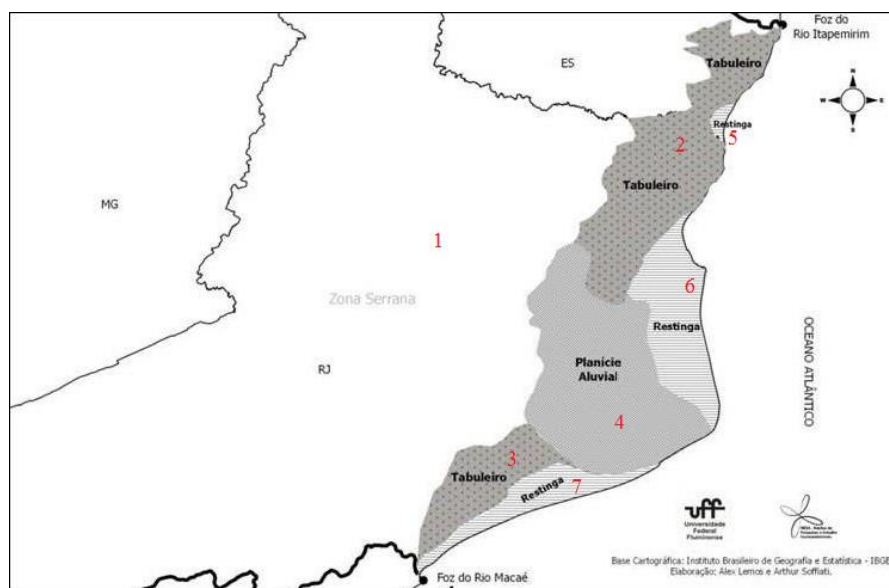
⁹ Os Sete Capitães eram: Miguel Aires Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Correia de Sá, Manuel Correia e Duarte Correia.

negociação os Jesuítas, Beneditinos e Carmelitas. Uma pluralidade de grupos habitava a capitania da Paraíba do Sul, porém a concentração de terras permaneceu sob o monopólio de quatro grupos centrais. Segundo Soares (2016), mesmo que colonos e arrendatários predomassem como pequenos agricultores na região, os títulos de propriedade de fato pertenciam aos quatro grupos anteriormente citados.

Na capitania da Paraíba do Sul configurou-se, então, uma paisagem agrária que contava com quatro grupos titulares de vastos domínios territoriais: o morgadio dos Asseca; os inacianos; os religiosos de São Bento e os herdeiros do Capitão José de Barcelos Machado. De outra parte, figuravam os demais sesmeiros residentes, além de um crescente enxame de arrendatários e posseiros (SOARES, 2016, p. 49).

A capitania da Paraíba do Sul agregava as terras situadas entre a capitania de São Vicente e Espírito Santo. O primeiro a definir os patamares geológicos desta ecorregião foi o militar e cartógrafo Manoel Martins do Couto Reis em 1785. Em seu famoso relatório *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785: Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacazes*, o cartógrafo identifica três diferentes zonas que compõem o atual norte fluminense: Zona Serrana, planície aluvial e restinga. Na Figura abaixo é possível reconhecer as zonas anteriormente citadas: Zona Serrana (Nº 1), Zona intermediária composta por tabuleiros (Nº 2 e 3) planície aluvial (Nº 4) e restinga (Nº 5, 6 e 7).

Figura 1 – Ecorregião de São Tomé, unidades geológicas que compõem a região norte-noroeste fluminense, 2015.



Fonte: CETESB (2015); IBGE, Censo Demográfico (2010). (Orgs. Alex Lemos e Arthur Soffiati)

Segundo Saint-Hilaire (1941, p. 380-382), a planície, além de ser recortada pelo rio Paraíba do Sul, também contava com lagos, lagoas e canais naturais que, no período de cheias deste rio, escoavam suas águas em direção ao mar. Assim, as ramificações formadas através das águas do Rio Paraíba do Sul eram fundamentais para a manutenção dos ecossistemas e como regulador climático da região. Durante a primeira metade do século XIX a principal forma de escoamento da produção era por meio do transporte fluvial, fator este que dinamiza o processo de abertura de canais artificiais em Campos dos Goytacazes. Apesar de não intencional, este processo acarretou a diminuição dos espelhos d'água de diversas lagoas e drenagem total de outras redes hídricas. Na segunda metade do século XIX, nota-se uma continuidade deste processo de drenagem, porém impulsionado pelo interesse direto dos plantadores de cana em transformar áreas úmidas em terras agricultáveis. Métodos como a drenagem, aterramento das áreas alagadas e dessecamento de lagoas foram incentivados para expandir as terras da elite canavieira em ascensão e dinamizar a produção açucareira.

No longínquo ano de 1818, há mais de dois séculos, o naturalista Augusto de Saint-Hilaire percorreu a extensão territorial entre Macaé e Campos dos Goytacazes. Os detalhes desta viagem encontram-se registrados no livro *Viagens pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Observa-se que nos capítulos IV e V o autor fornece informações sobre aspectos culturais, relações comerciais e questões ambientais da região costeira do norte do Rio de Janeiro. Além de Saint-Hilaire, o príncipe naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied também percorre a região no século XIX, especificamente no ano de 1815, e registra em detalhes a presença de plantas exóticas aclimatadas ao norte do Rio de Janeiro.

Considerando que as relações humanas modificam e são modificadas pelo ambiente, os relatos de Saint-Hilaire e Maximiliano de Wied-Neuwied fornecem informações essenciais sobre a fauna e flora da região costeira do norte do Rio de Janeiro no século XIX. Estes autores descrevem a intervenção humana sobre a natureza, bem como a influência que esta mesma natureza exerce sobre as relações sócio-políticas e econômicas da população crescente. Ademais, nos relatos de Charles Ribeyrolles é possível notar que o autor percebe o ambiente mediante uma perspectiva de exploração dos recursos naturais, seja a utilização das florestas para a construção naval, seja a utilização da terra para a agricultura. Para o autor, o solo era fértil e passível de produzir os mais diversos gêneros agrícolas, enquanto os rios formavam uma elaborada rede fluvial capaz de favorecer a economia da cidade¹⁰. Durante sua

¹⁰ A Vila de São Salvador dos Campos é alçada a categoria de cidade pela Lei Estadual n.º 6 de 28 de março de 1835.

passagem por Campos dos Goytacazes, o viajante demonstra que a cultura da cana-de-açúcar predominava, pois, ao dinamizar a produção de açúcar e aguardente com a instalação de usinas movidas a vapor, os fazendeiros lucravam com a produção e comercialização interna do produto. Nos relatos de Saint-Hilaire (1941, p. 400), o autor também identifica áreas florestais nos locais de altitude elevada, porém afirma que a maioria do que restara da Mata Atlântica se encontrava em terras privadas.

Devido à proximidade com o Rio Paraíba do Sul e as diversas lagoas e lagos da Baixada Campista, a pesca artesanal predominou durante o século XVII. Na segunda metade do século XVIII, os incentivos empreendidos durante o governo do Marquês de Lavradio visavam dinamizar a ocupação definitiva de Campos dos Goytacazes seguindo uma política de conquista de terras e “civilização” dos indígenas, logo, esta lógica aspirava uma expansão comercial com base na produção açucareira e fortalecimento das trocas internas na região. Por conseguinte, nas últimas três décadas do século XVIII, a modernização de engenhos na planície colabora para a ascensão da cana-de-açúcar como principal produto de comercialização. Ribeyrolles (1941, p. 31) critica este monopólio da cana ao ressaltar a necessidade de diversificação da produção de gêneros de subsistência como o milho, feijão preto, mandioca e arroz. A percepção do autor demonstra uma carência de alimentos que provoca uma crise de subsistência e eleva o custo desses produtos na planície justamente em decorrência do monopólio da cana.

Pode-se dizer que a cultura principal da imensa planície campista é o açúcar. Tudo se subordina e sacrifica à indústria privilegiada da cana, e não há disso o que admirar. O trabalho procura sempre as melhores circunstâncias, estuda o valor comercial das mercadorias, e nas operações não segue mais que a lei de venda. Essa direção exclusiva dos interesses privados que se precipitam, aqui sobre o açúcar, acolá sobre o café, não passa de detestável combinação econômica, que pode acarretar grandes desastres. Assim, os gêneros alimentícios estão, há alguns anos, em carestia crescente no Brasil. O povo vive com dificuldade (RIBEYROLLES, 1941, p. 31).

Ao viajar pelo território na década de 50 do século XIX, Charles Ribeyrolles percebe a necessidade de um cultivo mais consciente do solo. A título de exemplo, o autor critica a prática de queimadas das florestas, seja para abastecer a fornalha dos engenhos, seja para a limpeza dos terrenos em que se obtém uma adubação passageira por meio das queimadas. Portanto, questiona a prática de cultivo do solo até seu esgotamento e abandono. Apesar de enxergar o território como vetor de uma enorme capacidade produtiva, o autor ressalta certa

preocupação com a conservação das florestas¹¹, logo para um relativo equilíbrio ecológico ou como possibilidade de extração de madeira evitando as importações de um produto que antes era abundante na região (RIBEYROLLES, 1941, p. 62-65).

Percorrendo o território campista no século XIX, os viajantes Charles Ribeyrolles e Maximiliano de Wied-Neuwied reuniram uma gama de relatos extremamente descritivos da região, documentos estes que norteiam a elaboração deste artigo e nos permitem identificar a significativa presença de plantas e animais totalmente aclimatados e adaptados à planície. Por conseguinte, grande parte fora inserida propositalmente pelos portugueses em seu processo de colonização e dominação da fauna e flora, porém muitas espécies podem ter sido inseridas inconscientemente no território. De fato, uma Biota Portátil¹² transportada nos navios portugueses que chegavam aos portos da América do Sul e se dispersavam por todo o continente. A reprodução em massa destas espécies desde o início da colonização alterou significativamente a paisagem da região, uma vez que a intenção era transformar a paisagem tropical do Brasil em algo mais parecido com a Europa. No texto *Africanidades na paisagem brasileira*, Correa (2010, p. 108), evidencia que o processo de disseminação de frutos aclimatados ao clima tropical seguiu a lógica de expansão portuguesa pelo continente, por onde passavam, vestígios da fauna e flora eram deixados nos locais. Assim, podemos citar a melancia como exemplo válido desta dinâmica de inserção gradativa de espécies africanas pelo continente. Apesar do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied não ter relatado em seus registros a presença da melancia nos grupos indígenas da região sudeste no século XIX, é possível supor que o fruto se expandia gradativamente pela região, principalmente através da ação da ordem religiosa dos Jesuítas na planície.

O relato da passagem de Maximiliano de Wied-Neuwied (1940, p. 95-102) pela Vila de São Salvador em 1815 indica diversas espécies nativas que persistiam na região, como o Capim *Sida carpinifolia*¹³, as plantas Agave, Mimosa, Cleome e *Allamanda cathartica*, bem como árvores frondosas como a figueira.

¹¹ Nos séculos XVII, XVIII e primeira metade do século XIX as regiões mais elevadas e não facilmente alagáveis conhecidas como tabuleiros possuíam amplas áreas de Mata Atlântica. Segundo Wied-Neuwied (1941, p. 100) a árvore *Sapucaia* se destacava entre a vegetação da floresta, principalmente devido a sua diversidade de tons durante a floração.

¹² O conceito de Biota portátil (CROSBY, 1993, p. 147) se refere aos animais e plantas trazidos consciente ou inconscientemente pelos europeus durante o processo de colonização das “neo-europas”. O primeiro núcleo de disseminação desta biota na América do sul ocorreu na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, principalmente devido ao clima frio semelhante ao europeu que favoreceu a adaptação das espécies.

¹³ A *Sida carpinifolia*, também conhecida por vassourinha-curraleira, se trata de uma planta nativa com pequenas flores amarelas que pode causar intoxicação caso seja ingerida por animais como o gado bovino e cavalar.

Num campo, admiramos uma dessas colossais "Figueiras", na expressão dos portugueses, presente dos maiores que a natureza ofereceu aos países cálidos; a sombra dessa árvore magnífica refaz o viajante que repousa sob as frondes incrivelmente amplas, de brilhante matiz verde-escuro. As Figueiras de todos os países quentes têm, em geral, troncos muito grossos, galhos extremamente fortes e uma ramaria prodigiosa (WIED-NEUWIED, 1940, p. 100).

Com experiência em botânica, o autor identifica espécies estrangeiras aclimatadas à região como as bananeiras, laranjeiras, cafezais, algodoeiros e canaviais. Além da flora, o autor também informa a presença de uma fauna notadamente europeia como, por exemplo, o gado bovino, caprino, muares e porcos. Assim, através desta descrição é possível perceber que muitas plantas e animais nativos compunham a paisagem da "Terra Goitacá", porém diversas espécies europeias dominavam o território da planície devido a sua intensa dispersão desde o século XVII.

3. Novo mundo e bioma antigo: descoberta de elementos novos e antigos na Planície goitacá:

A flora e a fauna campista tiveram uma influência direta no processo de colonização. Tanto os ambientes ditos urbanos como os rurais sofreram interferência de componentes exteriores, muitas vezes de forma deliberada, diversas foram as espécies de animais que vieram sorrateiros dentro dos navios e, por meio de uma reprodução massiva, mudaram drasticamente este bioma¹⁴.

A cana-de-açúcar¹⁵ foi umas das culturas com maior predominância nesta planície segundo Auguste de Saint-Hilaire (1941). As terras eram favoráveis à cultura de cana e todos a ela se dedicaram. Promoveu, portanto, um impacto intenso na modificação ambiental local, assim como os animais, sua proliferação foi abundante. Em conjunto à acentuação da cultura em questão, usinas foram acrescentadas, e para o funcionamento análogo desta, a fim de ter combustíveis, boa parte da floresta local foi destruída, a qual já se encontrava em situação alarmante, já que muitas florestas foram incendiadas para dar mais espaço ao

¹⁴ Coutinho, Colinvaux (1993) define bioma como um *"ecosystem of a large geographic area in which plants are of one formation and for which climate sets the limits"*. Importante salientar que se trata, pois, de um ecossistema, de uma unidade ecológica, estrutural e funcional, com seus componentes bióticos e abióticos. Todavia, não se deve supor erroneamente que bioma e ecossistema sejam sinônimos. Para a fisionomia, elemento de fundamental importância na classificação dos biomas, a fauna tem pouco ou nenhum significado. O mesmo não ocorre quando nos referimos a um ecossistema (COUTINHO, 2006. p. 17).

¹⁵ Desconhecida no Ocidente, a cana-de-açúcar foi observada por alguns generais de Alexandre, o Grande, em 327 a.C. e mais tarde, no século XI, durante as Cruzadas. Os árabes introduziram seu cultivo no Egito no século X e pelo Mar Mediterrâneo, em Chipre, na Sicília e na Espanha. Credita-se aos egípcios o desenvolvimento do processo de clarificação do caldo da cana e um açúcar de alta qualidade para a época (UDOP, 2019).

desenvolvimento da pecuária. Devido a esta falta de combustível, muitas usinas vieram a encerrar seus trabalhos, além disso, o próprio esgotamento da terra também vinha causando o abandono das mesmas¹⁶.

Como já disse, os primeiros habitantes dos Campos dos Goitacazes apenas cuidavam da pecuária; para formar as pastagens eles incendiaram suas florestas, e, em muitos lugares somente arbustos e árvores esparsas podem fornecer combustíveis. Na verdade, existem ainda matas muito próximo da cidade de Campos; mas pertencem a homens que as não venderão, porquanto são também possuidores de usinas, e quererão conservar suas caldeiras em atividade pelo maior prazo possível (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 400).

Por sua grande fecundidade, diversas outras culturas foram implantadas em Campos, de acordo com Charles Ribeyrolles (1980. P. 62) tudo vem do exterior para esta terra que tudo poderia produzir, todavia a mandioca¹⁷ por sua simplicidade de plantação foi abundantemente cultivada¹⁸, não apenas por isso, esta tinha uma boa durabilidade no solo podendo vir a permanecer cerca de quinze a dezoito meses enterrada.

Atrás dessas cercas percebem-se pastagens e plantações de mandioca e cana de açúcar. Veem-se, de longe em longe, usinas de açúcar, modestas, e, frequentemente encontramos pequenas casas cercadas de algodoeiros e laranjeiras (SAINT-HILAIRE, 194, p. 395).

Grande também era a variedade de plantas não catalogadas, tanto que Ribeyrolles acentua tal necessidade, estipula-se que cerca de cinquenta mil espécies já se encontravam classificadas, contudo ainda não se conheciam todas as orquídeas. Assim como as plantas, a diversidade de espécies animais também era vasta.

Ocultai-vos também, borboletas, esfinges, falenas, silfos, lucíolas, e todos vós, coleopteros, hemipteros, lepidópteros. Vossas tribos, insetos brasileiros, são incontáveis como as areias. Uma vida inteira seria gasta em descrever vossas antenas, vossas asas fulgurantes, vossos sugadores vorazes, e eu não pertença á classe dos centenários, como o urubu de cabeça calva, o coveira das praias... acompanhai nas florestas as onça, a pantera, o jaguar, o porco espinho, a capivara... deixai dormi nos ramos os papagaios, os periquitos, os pombos, os tucanos e mesmo os beija-flores (RIBEYROLLES, 1980, p. 66).

Contudo, nem todas as espécies que ele supostamente diz pertencerem ao território onde hoje é o Brasil realmente o são. Um exemplo seria o pombo, que foi implantado no Brasil a fim de trazer um ar mais europeu ao país, e, embora sua origem seja africana, aqui ele alcançou uma boa aclimação além de não encontrar predador natural, facilitando sua

¹⁶ Segundo Charles Ribeyrolles (1980, p. 61-62) o tratamento da terra era: ser queimada, cultivada até o esgotamento, depois abandonada.

¹⁷ Alimento brasileiro

¹⁸ “Quando a cana de açúcar começa a não mais produzir é substituída pela mandioca, que então recompensa amplamente o trabalho do agricultor; e, quando essa raiz já não produz bem, volta-se ao plantio da cana, cujos colmos vegetam então com todo vigor.” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.395).

proliferação. Grande parte da flora e fauna era oriunda de lugares diversos, no entanto, estavam tão bem aclimatados no Brasil que sua ancestralidade acabava por se perder, elementos de origem africana e asiática se coadunavam na natureza brasileira (CORREA, 2010, p.112), tanto que eram tidos como brasileiros. “Se parar o olhar estrangeiro, as melancias, as mangas, as jacas e as bananas ainda eram exóticas, para os brasileiros essas frutas já faziam parte da “paisagem cultural” desde o século XVI.” (CORREA, 2010, p.112)

4. O desenvolvimento da “cultura da cana de açúcar” como decorrência iminente das disposições geográficas da planície campista:

Os viajantes cronistas que percorreram o território da planície campista proferiram, em seus relatos, os aspectos característicos do solo da região. Auguste de Saint-Hilaire, a título de exemplo, declara que, nas regiões próximas ao oceano, o solo apresenta aspecto pantanoso, arenoso e, nas localidades mais próximas ao centro urbano, demonstra caráter fecundo e fértil. O viajante ainda ressalva a considerável quantidade de lagos, pântanos, lagunas e rios¹⁹, que perpassam a capitania.

O autor Alberto Ribeiro Lamego²⁰, em sua renomada obra “O Homem e o brejo”²¹, ratifica tal característica: “Tamanha é a fertilidade da planície goitacá e tão de pronto ali cresce a população, que toda a história econômico-social de Campos nesse período se resume nisto: A luta pela posse do solo fértil, das aluviões fecundas, do cobiçado “massapê”.”. (LAMEGO, 1945, p. 60). Por conseguinte, foram cultivados na planície, diversos alimentos e plantas. Entre eles, a cana de açúcar, o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, o algodão, e, para além do setor agrícola, foi desenvolvida a impetuosa e ampla atividade agropecuária.

Em meio a este panorama delineado por condições favoráveis às mais diversas culturas, desenvolve-se, de modo patente, estável e efetivo, a “cultura do açúcar” essencialmente entre os séculos XVIII e XIX. Ribeyrolles e Saint-Hilaire, em seus relatos, asseguram a efetividade da produção de cana na região: “Dizem que vários gêneros de culturas dão resultado em Campos; mas, a da cana dá atualmente tão grandes lucros que absorve todas as culturas.” (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 397). Introduzida no solo campista desde o século XVI, o cultivo da cana de açúcar²² foi viabilizado pelo solo de massapê, pelo clima oportuno a este tipo de gramínea e pela disponibilidade de água da localidade. Segundo

¹⁹ Sobretudo o Rio Paraíba do Sul.

²⁰ Geógrafo, pesquisador e geólogo brasileiro.

²¹ Alberto Lamego, na obra em questão, utiliza como fonte de pesquisa relatos de Couto Reis e Pizarro, que estiveram nos territórios coloniais portugueses entre os séculos XVIII e XIX.

²² Originária do sudeste asiático.

Alberto Lamego, pouco a pouco, esta atividade foi conquistando espaço, e a produção de açúcar e aguardente – coligada à atividade mercantil - tornou-se, no oitocentos, o fulcro econômico da região campista.

A terra, portanto, começa a ser dominada pelo goitacá, impondo-lhe seus impasses, ao mesmo tempo em que lhe “fornece” florestas e lagoas aprazíveis à atividade da caça e pesca.

Lamego ainda ressalva que, com o decorrer dos séculos, as tentativas colonizadoras deparam-se, sempre, com a complexidade do solo e com as cheias do Rio Paraíba do Sul. Iniciativas individuais se intensificaram, promovendo o desenvolvimento de uma atividade econômica intimamente relacionada à criação de gado²³, à agricultura e à atividade mercantil.

É fato que Pero de Góis, após tomar posse de sua terra em 1538, plantou as primeiras mudas de açúcar na barra do Itabapoana, construiu também o primeiro engenho e fundou o povoado “Vila da Rainha”, localizado no território onde hoje é São Francisco do Itabapoana.

A tentativa de colonização e povoamento não vingou em razão dos ataques indígenas²⁴ e devido à falta de recursos financeiros por parte de Pero de Góis. Sendo assim, o donatário em questão acabou por abandonar a empreitada em 1548 e a capitania permaneceu abandonada até o ano de 1570, quando aventureiros ingleses estabeleceram-se no local.

O historiador Paulo Paranhos declara, portanto, que a atividade açucareira apenas tornou-se primordial em Campos no século XVIII, após a Coroa Portuguesa reassumir o controle da região. Momento este em que a atividade econômica em questão se intensifica em números alarmantes, de forma que a própria criação de gado se torne secundária. No século XVI, o Brasil já ocupava posição de destaque no comércio de açúcar no mercado europeu, demonstrando, desta forma, a predominância deste produto na economia da nação ainda antes de sê-lo realizado na planície fluminense.

O princípio do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar na região campista foi caracterizado, portanto, pela implantação de um modelo próximo ao estabelecido na maior parte do território brasileiro²⁵.

A produção do açúcar e da aguardente fora, desde sempre, delimitada pelos aspectos geográficos da terra. Alberto Lamego já atestara as inferências que os aspectos “naturais” exerceram sobre os habitantes da planície campista ao longo do tempo. Ele diz: “Nota-se, desde as origens, a primeira ação da terra sobre o homem. O meio físico intervém na vida social.” (LAMEGO, 1945, p. 88). Lamego fundamenta tal argumento sob a perspectiva de

²³ Nos primeiros séculos da colonização, tal atividade era frequente na planície.

²⁴ Investidas realizadas, portanto, pelos Goitacazes e Puris.

²⁵ Caracterizado pela presença de latifúndios, pelo uso da mão-de-obra compulsória e pela predominância da monocultura.

que, a geologia do território, caracterizada pela presença de vastos aluviões de difícil acesso, no interior, e de restingas²⁶ na costa acabou por resultar em um processo por ele denominado como “sedentarização do índio” no século XVI, uma vez que este viu-se compelido a lidar com a morfologia da região e construir aldeias lacustres que, por sua vez, fazem infundir neles a sensação de “segurança”. Worster (2006)²⁷, sobre esta questão, diz: “A química dos solos, com os seus ciclos de carbono e nitrogênio e os seus índices de pH mudando com a presença de sais e ácidos, traçando os limites da agricultura.”

A produção do açúcar era, essencialmente, realizada em pequenos engenhos, uma vez que a geografia do solo, caracterizada pela predominância de pântanos e lagoas, não tornavam possível o estabelecimento de latifúndios. Além desta questão, o escoamento da produção dependia do Rio Paraíba do Sul, uma vez que poucos rios eram navegáveis. As famílias que neles habitavam, muitas vezes auxiliavam seus escravos no processo em questão e concentravam-se na produção destinada ao abastecimento do mercado interno, muito embora fossem exportados para o Rio de Janeiro grandes quantidades de açúcar e aguardente.

No mais, Auguste de Saint-Hilaire destaca também a imperfeição dos processos de fabricação do produto, a falta de técnica. Além do fato de que, a exploração da madeira, que atendia ao processo de escoamento do produto, era realizada de forma imprudente.

No período que se aglutina entre os anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX, o número de engenhos e engenhocas multiplicou-se de forma diligente. Os aspectos geográficos da terra, congruentes aos fatores políticos que se dispunham no período, entre eles a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763, a expulsão dos jesuítas da planície, o término do domínio dos Assecas e a percepção de que a região da Guanabara não era propícia a este tipo de cultivo, em contraposição às terras goitacás, acabaram por gerar um panorama demarcado pela disputa fundiária e pelo interesse no cultivo da cana.

Para além destas questões, houve uma queda significativa da produção deste produto no Nordeste e a criação da fábrica a vapor. “O movimento crescia, expandia-se a produção movida agora pelo vapor que havia sido introduzido no Brasil a partir de 1813, nos engenhos da Bahia. Nas planícies do norte fluminense, em 1827”. (PARANHOS, s/d). A partir de tais ocorrências, a região da planície campista tornou-se, gradativamente, um polo econômico,

²⁶ Caracterizada pela presença profusa de xerófilas e pelos campos preenchidos por capim rasteiro.

²⁷ Professor renomado e fundador, assim como outros, da História Ambiental. Além de ser um dos diretores do Centro para História Ecológica da Universidade Remin da China.

principalmente nos fins do século XIX, neste período surgem, portanto, os “grandes senhores” que acabam por aspirar e ocupar até mesmo a atmosfera política campista.

“Até 1769 não havia em Campos mais de 56 usinas de açúcar; em 1778 esse número subiu a 168; de 1779 a 1801 aumentou para 200; 15 anos mais tarde ele cresceu para 360 e enfim em 1820 havia no distrito 400 engenhos e cerca de 12 destilarias (1941: 398).” (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 398).

A partir de então, o progresso econômico da região em questão ampliou-se de forma efetiva; foram realizados investimentos em tecnologia e equipamentos eficientes que tornaram possível a amplificação da capacidade dos engenhos, mesmo que houvesse uma forte carência governamental e uma dependência do capital inglês vigorosa.

4. Considerações finais

É fato que a vegetação do território onde hoje se encontra o Brasil encantara a todos os viajantes que perpassaram o território em questão durante suas viagens com fins observatórios. Tamanha fora a estranheza e admiração que a natureza lhes causou que acabou por ser registrada em seus relatos e crônicas de viagem, através dos inúmeros adjetivos que as compõem, adjetivos estes que ressaltam a todo o momento a exuberância da fauna e flora local.

Os viajantes deixaram-nos ricas fontes históricas, citadas ao longo desta composição, e, em contraponto com outras fontes de teor historiográfico, possibilitam a construção de uma narrativa histórica embasada nos aspectos naturais brasileiros. Ou, mais especificamente, dos aspectos naturais na região Norte-Fluminense. Por meio de tais fontes é possível discorrer acerca das riquezas e complexidades hídricas, do desenvolvimento econômico da região, das culturas aqui cultivadas e da mescla constante entre homem e terra que abrange e perpassa os dilemas políticos, econômicos e sociais que constituem a história da região norte-fluminense.

5. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Quintino Reis de **Solos de tabuleiros costeiros e qualidade de vida das populações**. Santa Catarina: Editus, 2000.

CORREA, Silvio M. S. **AFRICANIDADES NA PAISAGEM BRASILEIRA**. R. Inter. Interdisc. Interthesis, Florianópolis, v.7, n.1, p. 96-116, jan./jul. 2010.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta Bot. Bras.** São Paulo, v. 20, n.1, jan./mar., 2006.

COUTO REIS, Manoel Martins do. **Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785**: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos Goitacazes. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GÓES, Hildebrando de Araujo. **Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, 1934.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: IBGE. 1945.

MONITOR CAMPISTA, Ligeira Descrição da Villa de Campos. **Monitor Campista**, Villa de São Salvador de Campos, 08 de janeiro de 1834a, Interior, p.2.

MONITOR CAMPISTA, s/n. **Monitor Campista**, Villa de São Salvador de Campos, 05 de março de 1834b, Interior, p.1

MONITOR CAMPISTA, Variedades. **Monitor Campista**, Villa de São Salvador de Campos, 17 de janeiro de 1835, Interior, p.3.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX**. Revista da ASBRAP, v. 9., p. 101 – 108. 2002. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev9_art5.pdf. Acesso em: 25 de 05 de 2019.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no norte fluminense. In: PARANHOS, Paulo. **São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do norte fluminense**. Teresópolis: Revista da Cidade Gráf. e Ed, 2000.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. (volume 2).

RODRIGUES, Hérve Salgado. **Campos**: na taba dos Goytacazes. Niterói: Imprensa Oficial, 1988 (Biblioteca de Estudos Fluminense, Série Municípios)

SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelo distrito dos Diamantes e pelo litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SILVA, João José Carneiro. **Estudos Agrícolas**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2017.

SOARES, Márcio de Sousa. Conflitos políticos, coesão familiar e prestígio social em Campos dos Goytacazes: a trajetória dos Manhães Barreto nos séculos XVII e XVIII. In: GUEDES, Roberto e FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais (sul-sudeste do Brasil, Séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

SOFFIATI, Arthur. **A Planície do Norte do Rio de Janeiro Antes e Durante a Ocidentalização do Mundo: três estudos da eco-história**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SOFFIATI, Arthur. O Núcleo de Campos dos Goytacazes/RJ e a drenagem urbana. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 63, p.31-42, mai/ago, 2019.

TEIXEIRA, Simone. **L A Maldición del canal Campos-Macaé: disputas sociales y representaciones a ctualización del debate**. Guadalajara: Guadalajara/Seminario Permanente ATMA/CSIC, 2013.

UDOP **A História da Cana-de-açúcar - Da Antiguidade aos Dias Atuais**, UDOP, 2003. Disponível em: <https://www.udop.com.br/noticia/2003/01/01/a-historia-da-cana-de-acucar-da-antiguidade-aos-dias-atuais.html> Acesso em: 11 de 07 de 2019.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. Série 5, vol.1, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.